

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2021

Processo Licitatório nº: 25.920/2021

Processo de Impugnação n.º: 31.724/2021


REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2021

OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, para equipar as Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, na Manutenção e Desenvolvidos da Educação básica do Município de Nova Friburgo, estruturando e modernizando as Unidades Escolares, conforme condições, quantidade, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, bem como no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

IMPUGNANTE: **VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA** - CNPJ Nº: 21.997.155/0001-14

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, com fulcro no inciso art. 41 § 2º e 3º da Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 114/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 948, de 01 de março de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 11 de março de 2021, que cria a Comissão de 

Comissão de Pregão I
Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em resumo as alegações da Impugnante são que:

No caso em análise, o edital de licitação, em seu item 10.12 – estabelece que “O prazo de validade da proposta comercial será de 180 (cento e oitenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas.”

Trazemos à baila, por indispensável, o que prevê a legislação pátria sobre o tema. Nesse contexto, a Lei nº 8.666/93 não abre margem para dúvidas, senão vejamos:

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

(...)





Comissão de Pregão I

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (grifamos).

Em seu turno, a Lei nº 10.520/02 consigna que:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Como é possível observar, a proposta de preços tem como marco inicial a data de sua apresentação e, a partir de tal data, inicia-se a contagem do prazo de validade.

Portanto, a validade da proposta inicia-se na data limite de seu cadastro no certame e vincula a empresa licitante pelo período de 60 (sessenta) dias. Esse período serve tanto para proteger a Administração Pública, quanto as empresas licitantes.

Dito isto, o Órgão Licitante, caso entenda que o período de 60 (sessenta) dias não se mostra suficiente para a conclusão do certame, poderá estabelecer prazo superior no edital de licitação, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.520/02, acima em destaque.

Repisa-se, por necessário, que não há qualquer amparo legal para tal medida, o que torna inquestionável a ilegalidade perpetrada pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.



Comissão de Pregão I

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. A Impugnante apresentou os seguintes requerimentos:

- a) Diante do exposto, pugna-se pelo recebimento, análise e admissão desta impugnação, retificando-se o Edital para que seja considerada a validade da proposta de 60 (sessenta) dias a partir de sua apresentação.
- b) Caso não entenda pela adequação do resultado, requeremos desde já a apresentação dos fundamentos legais que embasem a decisão administrativa, os quais serão levados ao conhecimento dos Órgão de Controle, em especial o Tribunal de Contas.

IV. DA ANÁLISE

As alegações apresentadas pela Impugnante não merecem prosperar, uma vez que são contrárias ao texto expresso da norma. O art. 6º, *caput* da Lei 10.520/02 deixa claro que o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias com a ressalva que o edital licitatório poderá prever prazo diverso.

"Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital." (grifo nosso)

Conforme a redação do dispositivo legal, o edital do certame poderá prever prazo diverso daquele inicialmente indicado pela lei. A exigência legal é que o referido prazo esteja expressamente previsto no edital.

O item 10.12 do edital impugnado fez a previsão expressa que o prazo de validade das propostas é de 180 (cento e oitenta) dias, conforme trecho destacado.

" 10.12. O prazo de validade da proposta comercial será de 180(cento e oitenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas."



Comissão de Pregão I

Logo, o edital cumpre integralmente o comando normativo, pois prevê expressamente o prazo de validade das propostas. Dessa forma, a alegação da Impugnante acerca do suposto vício do edital licitatório é improcedente por inexistência do alegado descumprimento da Lei.

Por fim, constata-se ainda que a Impugnante se equivocou, pois os conceitos de **data limite para apresentação de proposta** não se confunde com **data de convocação da empresa licitante**. O primeiro diz respeito ao prazo para os licitantes apresentarem suas propostas no certame, o segundo refere-se ao prazo de convocação das licitantes.


Assim diante dos argumentos aqui expostos, os pedidos da Impugnante devem ser julgados totalmente improcedentes.

V. DA DECISÃO

10. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 114/2021, no mérito, **NEGO PROVIMENTO** a solicitação de retificação do Item 10.2 do Edital do certame que fica mantido no dia 09/12/2021 conforme anteriormente agendado.

Encaminho a Decisão a Secretaria de Educação, e que após seja encaminhada para elaboração de parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal e depois seja remetido a essa comissão.

Nova Friburgo, 07 de dezembro de 2021.



LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Processo: 31724/2021

Requerente: **VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.**

Assunto: Impugnação - Pregão Eletrônico n. 114/2021 - Processo Licitatório n. 25920/2021

Ilma. Sra. Dra. Procuradora Geral;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.** em 06 de dezembro de 2021 acerca Pregão Eletrônico n. 114/2021, Processo Licitatório n. 25920/2021.

Inicialmente, cumpre informar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 10 de dezembro de 2021, às 17:40h.

Em sua, a empresa afirma que o edital em seu item 10.2 estabelece que o prazo de validade da proposta comercial será de 180 (cento e oitenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas, alegando que o prazo de validade da proposta deve ser de 60 (sessenta) dias, não havendo qualquer amparo legal para criação de regras contrárias à legislação vigente.

A Comissão de Pregão II, às fls. 10/14, recebeu a impugnação, eis que tempestiva e, no mérito, negou provimento à solicitação de retificação do item 10.2 do edital, com fulcro no art. 17, inciso II do Decreto Federal n. 10.024/2019 e art. 17, inciso II do Decreto Municipal n. 599/2020, encaminhando o procedimento a esta Procuradoria para parecer jurídico.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 06/12/2021 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 09/12/2021.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Como sabido, o prazo de validade das propostas não se confunde com a necessidade de revisão dos preços com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Diferentemente do que fixa a lei de licitações, no pregão a validade inicial das propostas pode ser fixada para período acima de sessenta dias, conforme estabelece o art. 6º da Lei 10.520/02:

Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Portanto, a própria lei prevê expressamente que outro prazo de validade da proposta pode ser fixado no edital.

Assim, o licitante que sagrar-se vencedor terá obrigatoriamente que honrar sua proposta pelo prazo fixado no edital, sem ter direito ao reajuste, **ressalvado, em todo caso, o direito à revisão a qualquer tempo, caso comprovadamente ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato** nos termos do art. 65, II, d, da Lei n. 8.666/93:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

Processo: nº 31.724/2021

Requerente: VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Assunto: Impugnação – Pregão Eletrônico n. 114/2021 – Processo Licitatório n. 25920/2021

À Comissão de Pregão I,

Em consideração às razões expostas na impugnação de fls. 04/09, bem como a manifestação da Ilma. Assessora Jurídica ora acostada aos autos, passa-se às seguintes.

A impugnação ora formulada pela parte recai quanto ao seguinte item do edital: *10.12. O prazo de validade da proposta comercial será de 180 (cento e oitenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas.*

Alega, todavia, a parte impugnante o referido item do edital restaria impugnado de ilegalidade porquanto, nos seus próprios termos, “*o prazo de validade da proposta terá seu início a contar da data de convocação da empresa licitante*” (fl. 7), o que, a seu juízo, acarretaria ao processo licitatório “*ilegalidade insanável*” (fl. 7), a qual imporia a reformulação do item impugnado.

Uma leitura superficial é suficiente para logo constatar que a impugnação alega como causa de nulidade do item do edital **o que nele não está previsto**; a data limite para apresentação de propostas não se confunde com data de convocação da empresa licitante. A data limite de apresentação é a data final franqueada aos licitantes para a apresentação das propostas no certame licitatório.

Considerando que as propostas são apresentadas em uma sessão pública de pregão eletrônico, a “data limite” a que alude o item 12.1 do edital é a data da efetiva entrega das propostas na sessão pública do pregão eletrônico. Este é o termo inicial para a contagem do prazo de validade das propostas. O item ora impugnado em momento algum alude ao termo inicial do prazo de validade como sendo a “*data da convocação da empresa licitante*”.

Doutro lado, em abono às considerações já expendidas pela Ilma. Assessora Jurídica, o prazo de validade da proposta pode ser fixado em prazo superior ao de 60 (sessenta) dias, tal como expressamente autoriza o art. 6º, da Lei 10.520/2002. Não deixa de ser algo surpreendente,

además, que a próprio impugnante alude ao que preceitua o dispositivo legal, ao também salientar que *“o Órgão Licitante, caso entenda que o período de 60 (sessenta) dias não se mostra suficiente para a conclusão do certame, poderá estabelecer prazo superior no edital de licitação, nos termos do art. 6º da Lei 10.520/02, acima em destaque”* (fl. 7).

Se assim o é por força de lei – e o próprio impugnante assim o reconhece – por certo não subsiste qualquer fundamento na pretensão de que o edital venha a ser ratificado a fim de nele constar prazo de 60 dias de validade da proposta. Não há qualquer vício que inquene o prazo de validade tal como fixado no edital em 180 dias, portanto.

Em suma, a impugnação ora formulada não subsiste quanto a qualquer dos fundamentos ora aventados pela parte impugnante.

Nova Friburgo, 10 de dezembro de 2021

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães
Subprocurador de Assuntos Administrativos
Matrícula 62.033

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães
SUBPROCURADOR DE
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Mat. 62.033